



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Fausto Campos

TJPE-GABINETE
DES. FAUSTO CAMPOS

Fl. 74

Habeas Corpus nº: 0005611-95.2014.8.17.0000 (337184-4)
Comarca: Recife
Vara: 5ª Vara Criminal
Impetrante: Myrta Machado Rodolfo de Farias
Paciente: Cleiton Wanderlei da Silva
Procuradora de Justiça: Laise Tarcila Rosa de Queiroz
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator para o acórdão: Juiz Laiete Jatobá Neto

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM CONCEDIDA. UNANIMIDADE DE VOTOS.

Excesso de prazo. Ocorrência. Denúncia recebida após oito meses da prisão em flagrante do paciente, sem que haja previsão para início da instrução e julgamento da ação penal.

Constrangimento ilegal configurado. Ordem Concedida, com expedição de Alvará de Soltura vinculado ao processo nº 0092623-81.2013.8.17.0001.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figura como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, pela concessão da ordem, com expedição de alvará de soltura, nos termos dos votos, notas taquigráficas e demais peças que integram o julgado.

Recife, 23 de setembro de 2014.

Juiz Laiete Jatobá Neto
Relator para acórdão



45

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**HABEAS CORPUS Nº 0005611-95.2014.8.17.0000 (0337184-4)****AUTORIDADE COATORA:** 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RECIFE-PE**IMPETRANTE:** DRª MYRTA MACHADO RODOLFO DE FARIAS**PACIENTE:** CLEITON WANDERLEY DA SILVA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ**RELATÓRIO**

Cuida-se de **Habeas Corpus** impetrado pela Defensoria Pública em favor do paciente, CLEITON WANDERLEY DA SILVA, denunciado como infrator **do art. 157, §2º, incisos I do Código Penal Brasileiro**, nos autos do Proc. nº 0092623-81.2013.8.17.0001, em trâmite perante o Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE, **aduzindo violação do princípio do devido processo legal, constrangimento ilegal por excesso de prazo para o julgamento da ação penal.**

A inicial narra que o paciente não foi interrogado na fase inquisitorial, iniciando-se um procedimento investigativo de forma irregular.

Aduz ainda, constrangimento que o Paciente está sofrendo desde 09/12/2013, por ocasião de flagrante posteriormente convertido em preventiva, com o fundamento de garantia da ordem pública.

Considerando a autoridade "se tratar de crime grave e que causa temor na sociedade".

Sustenta assim, excesso de prazo, porquanto estaria preso há cerca de meses.

Expedido ofício ao juízo de piso, este informou que não poderia prestar as informações solicitadas, haja vista que os autos do processo estavam na delegacia para cumprir diligências desde o dia 26/05/2014, (fls. 29/30).



46

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

A douta Procuradoria de Justiça, por meio da manifestação de fls. 35/40, **opinou pela concessão da ordem.**

É o relatório.

Recife, 12 de *AGOSTO* de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



47

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**HABEAS CORPUS Nº 0005611-95.2014.8.17.0000 (0337184-4)****AUTORIDADE COATORA:** 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RECIFE-PE**IMPETRANTE:** DRª MYRTA MACHADO RODOLFO DE FARIAS**PACIENTE:** CLEITON WANDERLEY DA SILVA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ**VOTO**

O presente *Habeas Corpus* tem por objetivo desconstituir a custódia cautelar imposta ao Paciente, sob alegação de violação do devido processo legal e constrangimento ilegal por excesso de prazo para o julgamento da ação penal.

A inicial aduz que o Paciente se encontra segregado desde 09/12/2013, sem que até o momento tenha havido a denúncia e consequentemente a citação do mesmo. O paciente foi preso em flagrante, sem que tivesse ocorrido a denúncia e consequentemente a citação do mesmo.

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, o qual foi posteriormente convertido em prisão preventiva sob o fundamento da garantia da ordem pública, em razão de ter sido acusado da prática do crime descrito no art. 157, §2º, incisos I do Código Penal.

Não consta nos autos elementos suficientes para a soltura do paciente, até porque o mesmo respondeu e responde a outros processos criminais:

Em pesquisa no sistema judwin de primeiro consta contra o paciente vários outros processos, quais sejam: PROCESSO Nº 0028450-14.2014.8.17.0001, crime de droga, em tramitação na 4ª Vara de Entorpecentes da



28

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Capital.	PROCESSO	Nº	30183-
20.2011.8.17.0001	CRIME	DE	FURTO,
ARQUIVADO EM 03.05.2013 E O PROCESSO Nº			
2007.025783-4, CRIME DE ROUBO, ARQUIVADO			
EM 08.08.2008.			

Porém, de acordo com as informações extraídas do sistema Judwin, em 05/08/2014 a denúncia foi recebida, o que se conclui que todas as diligências necessárias para o regular processamento do feito estão sendo tomadas pelo Juízo de primeiro grau.

A douta Procuradoria de Justiça, ofertou parecer no sentido da concessão da ordem ou a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP em 18/07/2014, antes de serem prestadas as informações pelo juízo de piso, haja vista que os autos foram encaminhados à delegacia para cumprimento de diligência em 26/05/2014, sendo recebida a denúncia no dia 05/08/2014.

O alegado excesso de prazo não pode ser interpretado como a mera contagem aritmética de dias, pois cada caso contém suas próprias peculiaridades que justificam uma maior dilação da fase instrutória, inclusive pela vida pregressa do paciente.

O STJ, neste sentido, assim pontuou:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS-CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. INCIDENTE SUSCITADO PELA DEFESA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA.

- Para a verificação de eventual constrangimento decorrente de excesso de prazo, é indispensável que se efetue juízo de razoabilidade, já que não se pode considerar apenas a



49

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

simples soma aritmética de tempo para a realização dos atos processuais.

- É certo que, encerrada a instrução, não se admite a permanência do paciente sob custódia por período de tempo excessivo até a prolação da sentença. Todavia, inexiste constrangimento ilegal quando tal demora na solução do caso, com a conseqüente manutenção da prisão, decorre de incidente suscitado pela própria defesa.

- Habeas-corpus denegado. (HC 20.344/DF, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 15.10.2002, DJ 04.11.2002 p. 267)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. NOVA FUNDAMENTAÇÃO ACRESCIDA PELO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA. 1. O excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, segundo pacífico magistério jurisprudencial desta Corte, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais 2. A ameaça à ordem pública, como pressuposto que autoriza a prisão preventiva (CPP, art. 312), deve estar demonstrada de forma consistente no decreto prisional, não sendo suficiente a simples menção à comoção social causada na comunidade nem o juízo valorativo sobre a gravidade genérica do delito. 3. A motivação empregada pelo Tribunal a quo para denegar a ordem na impetração originária não é apta a suprir a deficiência de fundamentação do decreto de prisão cautelar. 4. Ordem concedida para revogar a prisão preventiva, determinando a expedição de salvo-conduto aos pacientes, sem prejuízo de que venha a ser decretada novamente a custódia com a devida fundamentação. (STJ - HC: 68217 MT 2006/0224817-6, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 15/02/2007, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 12/03/2007 p. 295)

Em igual entendimento, esta Corte aprovou a súmula **84**, assim redigida: **"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto"**.



50

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Portanto, entendo que não resta configurado o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Pelo exposto, em **dissonância** com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem**, recomendando-se ao Juízo impetrado que observe absoluta prioridade no julgamento do feito.

Recife, 12 de AGOSTO de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

62

HABEAS CORPUS Nº. 337184-4 – Recife (5ª Vara Criminal)

IMPETRANTE: O Bel. Myrta Machado Rodolfo de Farias

PACIENTE: Cleiton Wanderley da Silva

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Odilon de Oliveira Neto

PROCURADORA: Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

VOTO-VISTA

Senhores Desembargadores, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Pedi vista dos autos do sobredito remédio heróico, que trata de excesso de prazo, depois do voto do insigne Desembargador convocado Laiete Jatobá Neto, que votou no sentido concessão da ordem, divergindo do eminente Desembargador Relator Odilon de Oliveira Neto, que denegou a postulação mandamental.

Pois bem.

Depois de uma análise minuciosa dos autos, com foco principal na duração do processo, não hesito em acompanhar integralmente o voto concessivo do ilustre Desembargador Laiete Jatobá, pois não me parece razoável, na espécie, estando o paciente preso desde de 18 de dezembro de 2013, ou seja, há 8 (oito) meses, que a denúncia somente tenha sido recebida no dia 4 (quatro) do corrente mês de agosto (vide docs. conjugados de fls. 55 a 59), com a determinação da citação dele para a resposta, o que significa dizer que não existe ainda, sequer, previsão para o início da instrução, com a designação da solenidade própria prevista no Diploma Adjetivo Penal, avultando, dessarte, uma situação dilatória anômala, que não foi provocada pelo imputado, que está a sofrer, a sério, constrangimento ilegal, com o olvidamento do vetor constitucional inserto no artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

Posto isso, dispense-me de outras reflexões, para votar, como voto, com o adminículo do parecer da Procuradoria, no sentido da concessão da ordem, com a relaxação da segregação preventiva do paciente e a expedição de alvará de soltura em seu favor, vinculado à ação penal de nº 0092623-81.2013.8.17.0001, em trâmite perante a 5ª Vara Criminal da Capital, a fim de que seja posto em liberdade, se por aí não estiver preso, sem prejuízo da aplicação pelo togado monocrático, com a necessária motivação, das medidas cautelares diversas da prisão que entender necessárias.

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins

ef



52

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL – 12 08 2014

HABEAS CORPUS Nº 337184-4 – RECIFE

IMPETRANTE: MYRTA MACHADO RODOLO DE FARIAS – DEFENSORA
PÚBLICA

PACIENTE: CLEITON WANDERLEI DA SILVA

RELATOR: DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA NETO

RELATÓRIO ÀS FLS. 45/46 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 47/50 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR LAIETE JATOBÁ NETO

Eu posso examinar os autos?

Eu peço vista.

DESEMBARGADOR ROBERTO FERREIRA LINS (PRESIDENTE)

Pedido de vista em Mesa.

DESEMBARGADOR LAIETE JATOBÁ NETO

Chama-me a atenção o fato de a impetração relatar excesso de prazo por fundamentos expendidos às fls. 35/40.

A eminente Procuradora doutora Laíse Tarcila Rosa de Queiroz opina no sentido da concessão da ordem.

O que se tem é que o Paciente foi indiciado, o autor do roubo majorado, 09 de dezembro de 2013 foi decretada a prisão preventiva. Foi preso e permaneceu custodiado desde 18 de dezembro de 2013. Preso em 18 de dezembro. Em 27 de abril 2014 foi protocolado pedido de revogação, em face de não oferecimento da denúncia no prazo legal, ou seja, quatro meses depois da prisão não teria sido oferecida denúncia.

O Relator pediu informações e a autoridade diz que não podia prestá-la porque os autos não estavam em Cartório, mas na Delegacia de Polícia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Diz a doutora Procuradora: *Inferre-se dos autos que o ora paciente fora indiciado no. 157, por roubo majorado por emprego de arma. Não consta nos autos cópias de qualquer documento relacionados à ação penal nº tal, mas apenas cópia do ofício datado de 07 de julho do corrente ano, expedido pela autoridade apontada como coatora à Delegacia da Polícia da Várzea, para que devolvesse ao juízo os autos da ação penal.*

A Procuradora teve a diligência de acessar o sistema *judwin* e teve acesso ao despacho do eminente juiz Luciano Castro Campos indeferindo o pedido de revogação da prisão preventiva e devolvendo, isso é que me causa espécie – um despacho em maio de 2014, devolvendo os autos à Delegacia de Polícia para que fosse concluída a investigação, estando o paciente preso desde dezembro de 2013. Então, os autos voltam à delegacia em maio de 2014 para conclusão na investigação. Pelo que consta o paciente foi preso em 18 de dezembro de 2013, não concluído inquérito. Em julho é que se pede da Polícia a devolução dos autos ao Juízo.

E destaca a doutora Procuradora: *"Por mais grave que seja o delito ou o clamor popular para sua repressão, a prisão do paciente ou de quem quer que seja não pode perdurar ad eternum, sobe pena de constrangimento ilegal à liberdade de ir e vir."* (fl.38) Cita precedentes e reconhece o excesso de prazo.

O parecer é pela concessão da ordem, entendendo ser cabível a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares. Esses são os termos do parecer.

O eminente Desembargador Odilon reconhece essa prisão, alude ao fato de ele ter outros processos em andamento. Relata que, de acordo com o sistema *judwin*, em 05 de agosto de 2014 a denúncia foi recebida, concluindo Sua Excelência que todas as diligências necessárias para o regular processamento do feito estão tomadas pelo Juízo de Primeiro Grau. Sua Excelência respeitosamente vota pela denegação da ordem.

Eu peço *maxima venia* ao eminente Relator, agora cuido que sete, oito meses passaram entre a efetivação da prisão do acusado e o recebimento da denúncia e o réu preso, acusado de roubo majorado, oito meses – 18 de dezembro. E o fato de os autos voltarem à Delegacia de origem com a prisão decretada em dezembro do ano passado, no meio do ano os autos estavam na Delegacia para conclusão das investigações. Apesar desse recebimento da denúncia agora noticiado, eu não tenho como razoável que esse recebimento concretizado somente agora neste mês de agosto, no dia 05 de agosto de 2014, esteja apto a convalidar ou minorar os efeitos desse excesso de prazo também verificado pela eminente Procuradora de Justiça – oito meses para que a denúncia fosse recebida de uma pessoa que estava presa em dezembro do ano passado.



53

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Por esses fundamentos, rogo vênias ao eminente Relator e divirjo para conceder a ordem, reconhecendo o excesso de prazo e substituindo a prisão pelas medidas cautelares que o Juízo de origem julgar adequada.

É como voto.

DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA NETO

O que pesou também no meu voto é a existência de um processo por tráfico. Então, eu justifiquei pensando no sentido de soltar uma pessoa para sociedade que está acusada no art. 157 e responde a outro processo por tráfico.

DESEMBARGADOR LAIETE JATOBÁ NETO

Eu tive a oportunidade, há algumas semanas, delatei uma questão semelhante, o Desembargador Roberto se fazia presente com o Desembargador Antônio Carlos Alves Silva que era um excesso de prazo em relação a tráfico de entorpecentes. O imputado a quem concedemos a ordem não tinha processos e o correu sim. Um fato, são os outros processos; outro, é o excesso de prazo que se verifica nesse caso concreto.

Então, ele estaria sendo penalizado duplamente pelo fato de registrar antecedentes. Eu acho que cumpre todos nós, Vossa Excelência que tão bem atuou na Jurisdição Criminal, tive a honra de ser auxiliar de Vossa Excelência quando cheguei na Capital, aqui na 11ª Vara Criminal, e bem testemunhei o zelo e o esforço empreendido por Vossa Excelência para que os excessos não fossem verificados. Não vamos atribuir culpa ao juiz, nem sempre é possível à máquina judiciária atender a expectativa da sociedade.

Agora que se verifica um excesso, um processo está começando em agosto quando o acusado está preso desde dezembro do ano passado, eu não posso deixar de reconhecer, respeitando opinião em sentido contrário, o excesso, e conceder a ordem.

DESEMBARGADOR ROBERTO FERREIRA LINS (PRESIDENTE)

Eu vou pedir vista para melhor analisar o caso concreto.



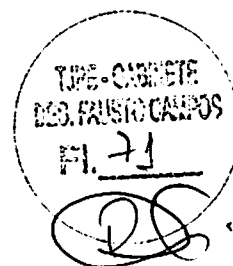
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"APÓS O VOTO DO RELATOR DENEGANDO A ORDEM E O DESEMBARGADOR LAIETE JATOBÁ VOTAR PELA CONCESSÃO DA ORDEM, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR ROBERTO FERREIRA LINS."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL – 26.08.2014

HABEAS CORPUS Nº 337184-4 – RECIFE

IMPETRANTE : MYRTA MACHADO RODOLFO DE FARIAS
DEFENSORIA PÚBLICA

PACIENTE : CLEITON WANDERLEI DA SILVA

RELATOR : DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA

APÓS O VOTO DO RELATOR DENEGANDO A ORDEM E O VOTO DO DESEMBARGADOR LAIETE JATOBÁ NO SENTIDO DA CONCESSÃO DA ORDEM, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR ROBERTO FERREIRA LINS, EM SESSÃO DO DIA 19/08/2014.

VOTO-VISTA DO DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE)
CONSTANTE NAS FOLHAS 62 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE)

O voto do Desembargador Laiete é pela concessão, em face de excesso de prazo, sem o estabelecimento de qualquer das medidas daquelas do 319. E eu estou concedendo, mas colocando ainda ao magistrado a possibilidade de, em entendendo necessário, aplicar alguma das medidas cautelares. É só essa a modificação. Eu não estou aplicando nenhuma medida cautelar, como Vossa Excelência não aplicou, eu estou apenas deixando aberta a possibilidade de o magistrado, entendendo necessário e justificando, aplicar uma das medidas. Essa é a diferença entre os nossos votos.

DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA (RELATOR)

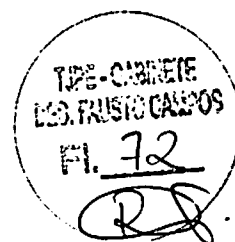
Veja, meu voto já foi denegando e, quando eu saí daqui, procurei pesquisar. Esse paciente já tem uma condenação em cinco anos e quatro meses pelo artigo 157, só que eu cheguei até o Arquivo Geral para conseguir cópia e tal, carta de guia, e não consegui finalizar essa pesquisa feita. Inclusive eu estou com o voto-vista, aqui, e, por questão de tempo... (interrompido).

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE)

Voto-vista do Desembargador Laiete. Voto-vista meu?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA (RELATOR)

Acho que... Bom, condenação de cinco anos e quatro meses que não foi cumprida. ... (interrompido).

DESEMBARGADOR LAIETE JATOBÁ

É da 5ª Vara Criminal. Vossa Excelência denegava a ordem. Eu concedi, reconhecendo o excesso de prazo, e o Desembargador Roberto está trazendo hoje, acompanhando o meu voto.

DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA (RELATOR)

Eu mantenho o meu voto contrário.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE)

O voto do Desembargador Laiete pela concessão e, no caso, o meu também dizem respeito à ação penal de nº 0092623-81. Se ele está preso em razão de uma condenação em outro processo, ele vai continuar custodiado. Nós reconhecemos excesso de prazo nesta ação penal. E tão só nela!

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE, DECIDIU-SE PELA CONCESSÃO DA ORDEM, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR LAIETE JATOBÁ NETO E VOTO VISTA DO DESEMBARGADOR ROBERTO FERREIRA LINS, COM EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA, VINCULADO AO PROCESSO ORIGINÁRIO, PARA QUE SEJA POSTO EM LIBERDADE, SE POR AL NÃO ESTIVER PRESO. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DESEMBARGADOR LAIETE JATOBÁ NETO."
